

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 20 de agosto de 2012.

Edição nº 1001

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Avisos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contratos.....3

Avisos de licitações.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3

Editais.....7



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de agosto de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1001

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

AVISO N.º 42/2012

Cientifico que, o **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA**, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
2033-0900/12-3	1844	Brigada Militar de Nicolau Vergueiro	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2034-0900/12-6	1846	Associação Beneficente São Francisco de Assis de Marau	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2035-0900/12-9	1845	Sociedade Civil de Bombeiros Voluntários de Marau	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
961-0900/11-4	1886	Secretaria do Estado da Administração e dos Recursos Humanos	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2241-0900/12-6	1872	Associação Beneficente de Amparo ao Menor de Não-Me-Toque	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2239-0900/12-6	1873	Prefeitura Municipal de Victor Gaeff – Conselho Tutelar	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2219-0900/12-2	1870	Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Manoel em Restinga Seca	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 387/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **ARIANE DREHER RODRIGUES**, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quinto (5º) lugar na Lista de Classificação da Região do Médio Uruguai (Port. 3012/2012).

COMUNICAR

- para os devidos fins, o falecimento da servidora aposentada, **LIEGE CANDIDA BARRETO**, ID nº 3421171, ocorrido em 21/07/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de agosto de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1001

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO N.º 002736-09.00/12-9

CONTRATADA: CP ELETRÔNICA S/A; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição, para os "no breaks", analisadores de baterias e estabilizadores de tensão, situados em diversas sedes do Ministério Público gaúcho; **VALOR MENSAL:** R\$ 3.970,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO N.º 1062-09.00/12-9 CONVITE N.º 11/12

CONTRATADA: MATRICIAL ENGENHARIA CONSULTIVA; **OBJETO:** prestação de serviços de elaboração de Estudo/Projeto de Circulação, Acessos e Segurança, o qual integrará o Estudo de Viabilidade Urbanística do prédio anexo da Sede Institucional do CONTRATANTE, cujo terreno está localizado na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, n.º 100, nesta Capital/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 14.750,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5102; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de julgamento de habilitação

A Procuradoria-Geral de Justiça, pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações, atendendo ao disposto na Lei n.º 8.666/93, e alterações, TORNA PÚBLICO, que:

(1) Convite nº 16/12 (Processo n.º 002384-09.00/12-0), repetição do Convite nº 13/12: foi **habilitada** a licitante ALFA SUL ENGENHARIA LTDA., por ter atendido a todos os requisitos do Convite, e **inabilitada** a empresa SULOBRAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., por desatender a alínea "b" do subitem 4.1., combinado com o subitem 4.3. do Convite; e

(2) Convite nº 17/12 (Processo n.º 002171-09.00/12-3), repetição do Convite nº 14/12: foi **habilitada** a licitante ALFA SUL ENGENHARIA LTDA., por ter atendido a todos os requisitos do Convite, e **inabilitada** a empresa SULOBRAS MATERIAIS

DE CONSTRUÇÃO LTDA., por desatender a alínea "b" do subitem 4.1., combinado com o subitem 4.3. do Convite. Cópia das respectivas atas estão disponíveis no site <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao>.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de agosto de 2012.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

TOMADA DE PREÇOS N.º 03/12 PROCESSO N.º 002375-09.00/12-0 Aviso de julgamento das propostas

A Procuradoria-Geral de Justiça, pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações, atendendo ao disposto na Lei n.º 8.666/93, e alterações, TORNA PÚBLICO que todas as propostas foram classificadas, sendo indicada vencedora a proposta de ALFA SUL ENGENHARIA LTDA., no valor global de R\$ 149.284,08. Cópia da ata está disponível no site <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao>.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de agosto de 2012.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 020/2012

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil nº 00769.00002/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, com a finalidade de apurar a cobrança de valores a usuários dos SUS para a realização de exames laboratoriais, cirurgias e tratamentos de saúde, encaminhados por município.

2) Inquérito Civil nº 00856.00007/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça José Eduardo Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, com a finalidade de apurar possível desproporção de verba anunciada como investimento, em Município.

3) Inquérito Civil nº 00769.00003/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, com a finalidade de apurar o não cumprimento de jornada de trabalho por parte de servidor público, em Município.

4) Inquérito Civil nº 00769.00004/2012, instaurado pelo Pro-



motor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, com a finalidade de apurar dispensa de licitação para contratação de obras e/ou serviços, em Município.

5) Inquérito Civil nº 01211.00013/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, com a finalidade de apurar a notícia de que servidores públicos, concursados, estariam trabalhando em desvio de função, com o objetivo de executarem serviços em benefício de particulares, em Município.

6) Inquérito Civil nº 00876.00014/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, com a finalidade de apuração de irregularidades em pagamento de serviços não-autônomos através de RPA, com posterior admissão de alguns prestadores dos serviços em cargos comissionados, em Município.

7) Inquérito Civil nº 00876.00015/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, com a finalidade de apurar irregularidades, no ano de 2009 e seguintes, em contratação de locação sem processo de licitação ou de dispensa desta, em Município.

8) Inquérito Civil nº 00768.00011/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, com a finalidade de apurar a produção de álcool, correlatos, medicamentos e outros produtos pela investigada, sem licença e em violação a interdição sanitária, em Município.

9) Inquérito Civil nº 00776.00005/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, com a finalidade de apurar a regularidade da abertura de rua, do ponto de vista da segurança e das determinações da lei municipal, em Município.

10) Inquérito Civil nº 00776.00006/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, com a finalidade de apurar a denúncia de utilização de farinha de trigo fora do prazo de validade em Escola Municipal, atribuído como de responsabilidade de município.

11) Inquérito Civil nº 00824.00021/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, com a finalidade de apurar sobre irregularidades das Contas na Câmara Municipal, no exercício de 2009, em Município.

12) Inquérito Civil nº 01211.00010/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, com a finalidade de apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos, constatadas através do relatório de fiscalização da CGU, realizada no período de 31 de março de 2005 a 29 de setembro de 2006, em Município.

13) Inquérito Civil nº 00718.00011/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, com a finalidade de apurar supostas irregularidades na cobrança de passagens intermunicipais, em Município.

14) Inquérito Civil nº 00882.00019/2012, instaurado pelo

Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, com a finalidade de apurar suposto descumprimento injustificado de decisão judicial proferida em autos de Ação Civil Pública, em Município.

15) Inquérito Civil nº 00882.00020/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, com a finalidade de apurar suposto descumprimento injustificado de decisão judicial proferida em autos de Ação Civil Pública, em Município.

16) Inquérito Civil nº 00882.00024/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, com a finalidade de apurar suposta irregularidade em Fundação Pública, em Município.

17) Inquérito Civil nº 00850.00007/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, da Promotoria de Justiça de Quaraí, com a finalidade de apurar afronta aos princípios da Administração Pública, em razão de insuficiência financeira para a cobertura dos valores inscritos em restos a pagar em determinados recursos vinculados, referente à prestação de Contas, em Município.

18) Inquérito Civil nº 00850.00006/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, da Promotoria de Justiça de Quaraí, com a finalidade de apurar afronta aos princípios da economicidade e da razoabilidade da Administração Pública, em razão da realização de despesa para a contratação de estagiários, em Município.

19) Inquérito Civil nº 00850.00005/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, da Promotoria de Justiça de Quaraí, com a finalidade de apurar afronta aos princípios da Administração Pública, em razão da existência de irregularidades em procedimentos licitatórios, em Município.

20) Inquérito Civil nº 00850.00002/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, da Promotoria de Justiça de Quaraí, com a finalidade de apurar afronta ao princípio da moralidade administrativa, em razão da existência de agentes políticos em débito com a Fazenda Pública, em Município.

21) Inquérito Civil nº 00899.00005/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, da Promotoria de Justiça de São Sepé, com a finalidade de apurar possível prática de ato de improbidade administrativa, tendo por objeto investigar as irregularidades apontadas nos procedimentos licitatórios, em Município.

22) Inquérito Civil nº 00914.00017/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Vinícius de Melo Lima, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa por infringência aos princípios da legalidade administrativa, em Município.

23) Inquérito Civil nº 00748.00133/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar cerceamento do competitivo em concorrência por adoção de critérios subjetivos no julgamento das propostas, majoração excessiva da nota de Qualificação Técnico-Operacional das proponentes e exclusão da análise de valores das propostas de preços cotadas abaixo da média aritmética



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de agosto de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1001

estipulada no edital, com adjudicação de contrato, em Município.

24) Inquérito Civil nº 00748.00134/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar cerceamento do competitivo em Concorrência, por estabelecimento de critérios irregulares de avaliação da qualificação técnica das licitantes interessadas, o que limitou a participação de um maior número de empresas, em Município.

25) Inquérito Civil nº 00748.00135/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar cerceamento do competitivo em Concorrência, por estabelecimento de critérios irregulares de avaliação da qualificação técnica das licitantes interessadas, o que limitou a participação de maior número de empresas, com adjudicação de contrato, em Município.

26) Inquérito Civil nº 00748.00137/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar deficiência na elaboração da planilha orçamentária de Concorrência, com adjudicação do contrato por empresa, em Município.

27) Inquérito Civil nº 00748.00138/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar deficiência grave em projeto executivo, em Município.

28) Inquérito Civil nº 00748.00139/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar possível ilegalidade em dispensa de licitação em contratação para realização de cursos de capacitação, em Município.

29) Inquérito Civil, nº 00916.00014/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Pablo da Silva Alfaro, da Promotoria de Justiça de Três de Maio, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades em relação ao gabarito de respostas e procedimento para interposição de recurso administrativo em concurso público, em Município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de Agosto de 2012.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 08/2012 – CAO CONSUMIDOR

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio

Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

PROMOTORIA DE ALEGRETE

1) Inquérito Civil nº 36/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Joao Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar possível oferta de produtos impróprios ao uso e consumo, bem como outras irregularidades, em desatendimento ao Código de Defesa do Consumidor, tendo como investigado Peruzzo Supermercados Ltda.

PROMOTORIA DE ALVORADA

1) Inquérito Civil nº 31/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar suposto dano aos consumidores pela não entrega dos produtos adquiridos pelo site "Barato a Jato".

PROMOTORIA DE BAGÉ

1) Inquérito Civil nº 19/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, com a finalidade de apurar eventual cobrança irregular de valores pelo SPC para emissão de certidões, em que pese o serviço deva ser prestado de forma gratuita, tendo como investigado Serviço de Proteção ao Crédito de Bagé/RS.

PROMOTORIA DE CACHOEIRINHA

1) Inquérito Civil nº 13/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de apurar possível dano a interesses de consumidor, tendo como investigada Drogaria Maxisanter Ltda.

PROMOTORIA DE CAMPINA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil nº 11/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo Favo Ferrari, da Promotoria de Justiça de Campina das Missões, com a finalidade de apurar a potabilidade d'água disponibilizada pela Corsan para o consumo humano no Município de Campina das Missões.

PROMOTORIA DE ERECHIM

1) Inquérito Civil nº 161/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de apurar possível lesão aos direitos coletivos dos consumidores em decorrência da colocação no mercado de consumo de produtos in natura em condições impróprias na Feira do Produtor, tendo como investigados Gilmar José Ostrovski e Município de Erechim.

2) Inquérito Civil nº 30/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de apurar suposta lesão aos direitos do consumidor em decorrência da colocação no mercado de consumo de produtos sem inspeção sanitária e/ou impróprios para o consumo pelo produtor Alécio Otolakoski, no Município de Erechim.

3) Inquérito Civil nº 36/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Regina Nunes Villanova, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de apurar possível cobrança indevida de usuários do Sistema Único de Saúde pelo Município de Quatro Irmãos.

PROMOTORIA DE FAXINAL DO SOTURNO



1) Inquérito Civil nº 06/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, com a finalidade de apurar eventual falta de fiscalização em agroindústrias de panificação existentes na localidade de Santos Anjos, interior do Município de Faxinal do Soturno, tendo como investigado Produtos Coloniais Cervo Ltda.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 168/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível prática de oferta enganosa nas vendas pela Internet e dificuldades de identificação da empresa, tendo como investigado www.cosse.com.br (OLC Representações Ltda.).

2) Inquérito Civil nº 169/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposta oferta enganosa e/ou deficiência de informações sobre prestação de serviços educacionais, tendo como investigada Anhanguera Educacional Participações Societárias S/A.

3) Inquérito Civil nº 170/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de lesão aos consumidores por infringência dos artigos 6º, incisos III e IV; 31, caput; 39, inciso IV; e 51, inciso IV, todos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em negócios a envolver a compra e venda de imóveis com a previsão de utilização de valores provenientes do FGTS dos adquirentes, em hipóteses em que, em razão do valor do bem, há vedação para tal, tendo como investigada Goldsztein Empreendimentos Ltda.

4) Inquérito Civil nº 171/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível prática abusiva pela exigência de valores para eventual análise sobre concessão de crédito, tendo como investigada M M Master Serviços Ltda. ME.

5) Inquérito Civil nº 174/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposta prática abusiva no convênio da CEF com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e verificar se os servidores municipais estão tendo respeitados o eventual direito de escolha, se há venda casada ou outras práticas abusivas, tendo como investigada Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

6) Inquérito Civil nº 175/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível exposição de consumidor a uma situação de risco ou dificuldades para embarcar em ônibus, tendo como investigada a EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação e a Companhia Carris Porto-Alegrense.

7) Inquérito Civil nº 177/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposta distribuição de produto (arroz) com vício de qualidade, tendo como investigada Zaeli Alimentos Sul Ltda.

8) Inquérito Civil nº 178/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual comercialização de produto em desacordo com as normas regulamentares, tendo como investigado Comercial Bom de Alimentos Ltda.

9) Inquérito Civil nº 179/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível comercialização de produto em desacordo com as normas regulamentares, tendo como investigado Odelmo Voigt.

10) Inquérito Civil nº 180/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposta deficiência na prestação de serviços no fornecimento de energia elétrica no Bairro Lami, tendo como investigada CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica.

11) Inquérito Civil nº 185/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual deficiência de serviço por parte da reclamada, tendo como investigada Ecco-Salva – Rio Grande Emergências Médicas Ltda.

12) Inquérito Civil nº 186/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível publicidade enganosa - curso de inglês em 18 meses, tendo como investigada Associação Cultura Inglesa - RS.

PROMOTORIA DE RESTINGA SÊCA

1) Inquérito Civil nº 07/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, da Promotoria de Justiça de Restinga Sêca, com a finalidade de apurar suposto dano ambiental e irregularidade no transporte de veículos realizados pela barca de Astor Krug, que, em tese, estaria funcionando sem licença de autorização, sem o fornecimento de nota fiscal de prestação de serviço e sem os devidos equipamentos de segurança.

PROMOTORIA DE RIO GRANDE

1) Inquérito Civil nº 09/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Eduardo Nunes de Avila, da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande, com a finalidade de apurar eventual dano ao consumidor decorrente do descumprimento do pré-contrato referente à aquisição de imóvel através do programa Minha Casa Minha Vida, tendo como investigado Casarão Imóveis Ltda. e Labore Engenharia Ltda.

2) Peça de Informação nº 38/2012, instaurada pelo Promotor de Justiça Paulo Eduardo Nunes de Avila, da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande, com a finalidade de apurar possível funcionamento de instituição de educação infantil sem



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de agosto de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1001

autorização e possível lesão ao consumidor por parte da investigada, tendo como investigada Escola de Educação Infantil Uni-Duni-Tê.

3) Inquérito Civil nº 44/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Eduardo Nunes de Avila, da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande, com a finalidade de apurar suposta propaganda enganosa realizada pelo Supermercado BIG.

PROMOTORIA DE ROSÁRIO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 16/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de irregularidades no funcionamento do curso técnico em segurança do trabalho EAD Camaquã, oferecido na modalidade à distância, em rosário do sul, tendo como investigado Instituto Educacional Dimensão Ltda.

PROMOTORIA DE SANTA ROSA

1) Inquérito Civil nº 20/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa, com a finalidade de apurar as condições de potabilidade da água oriunda do poço artesiano de uso coletivo no loteamento Ilvo Dressel, em face do(s) risco(s) à saúde pública apontados no relatório de vistoria produzido pelo serviço de Vigilância Sanitária Municipal de Santa Rosa, tendo como investigada Associação dos moradores do loteamento Ilvo Dressel.

PROMOTORIA DE SANTO ÂNGELO

1) Inquérito Civil nº 131/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, com a finalidade de apurar a regularidade das atividades desenvolvidas pela Comunidade Terapêutica Leão do Judá, sob responsabilidade nesta cidade de Marcos André Lira.

PROMOTORIA DE SÃO JOSÉ DO NORTE

1) Peça de Informação nº 06/2012, instaurada pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de São José do Norte, com a finalidade de apurar eventual comercialização de carne clandestina em açougues, tendo como investigados Açougue Querência e Açougue do Caio.

PROMOTORIA DE SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil nº 19/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, com a finalidade de apurar supostos alagamentos nas redondezas da Rua Theodomiro José de Mello esquina com a Rua Dr. Bento Veloso Rocha, Bairro Feitoria Imigrante, tendo como investigado Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE.

PROMOTORIA DE SÃO LOURENÇO DO SUL

1) Peça de Informação nº 36/2012, instaurada pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na extinção do Plano "C", firmado entre a Unimed, Sicredi e consumidores, tendo como investigado SICREDI - Cooperativa Crédito Livre Admissão de Associados Zona Sul, UNIMED.

PROMOTORIA DE TUPANCIRETÃ

1) Inquérito Civil nº 13/2012, instaurado pelo Promotor de

Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, com a finalidade de apurar supostas deficiências verificadas na prestação do serviço de transporte individual de passageiros ("táxi") em Tupanciretã, tendo como investigada Coordenadoria de Trânsito de Tupanciretã.

PROMOTORIA DE VACARIA

1) Inquérito Civil nº 54/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, com a finalidade de apurar eventual disponibilização irregular do curso de ensino médio do Centro Carioca de Ensino Superior Ltda., na modalidade EAD, pelo Superação Curso Pré Vestibular.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de agosto de 2012.

TÊMIS LIMBERGER,

Procuradora de Justiça,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

EDITAL N.º 18/2012

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, na forma do art. 4º do Provimento n.º 24/2008 e do art. 11 do Provimento n.º 33/2008, cientifica que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul homologou o cadastramento das seguintes entidades no cadastro de beneficiários de bens ou valores obtidos por meio de compromisso de ajustamento de conduta:

1) Brigada Militar – 28º Batalhão de Polícia Militar de Charqueadas, entidade homologada pela Promotora de Justiça Bruna Maria Borgmann, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, no dia 07 de agosto de 2012;

2) Brigada Militar – 30º Batalhão de Polícia Militar de Camaquã, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, no dia 09 de agosto de 2012;

3) Hospital Universitário São Francisco de Paula, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Paulo Roberto Gentil Charqueiro, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, no dia 16 de agosto de 2012;

4) Polícia Civil – 29ª Delegacia de Polícia Regional de Camaquã, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, no dia 08 de agosto de 2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de agosto de 2012.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.